

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2017

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2017**.

Os desafios enfrentados pela POTIGAS em 2017 reforçaram nossa crença de que, para superar os desafios que enfrentamos no dia a dia, precisamos manter o foco em nosso objetivo primordial que é expandir a infraestrutura de distribuição de gás natural ampliando o atendimento aos diferentes setores produtivos do Rio Grande do Norte e aos segmentos de varejo, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável de nosso Estado. Neste processo, demos continuidade à nossa política comercial e aos investimentos em expansão, pautados na sustentabilidade do Negócio.

Como fruto de tais ações, foram interligados 2.602 novos clientes, dos quais 98% são residências que passaram a desfrutar da comodidade e segurança providas pelo gás natural, além de clientes comerciais, nos mais variados segmentos. O volume total de gás natural comercializado no período atingiu a marca de 113 milhões de m³, com maior participação dos segmentos industrial e de GNV (Gás Natural Veicular), que juntos, responderam por 95,5% das vendas.

O segmento industrial registrou um aumento de 18,9% no volume de gás em relação ao ano de 2016. Já o segmento veicular cresceu 4,6%, como reflexo do aumento de sua competitividade frente aos demais combustíveis. Os resultados consolidam a importância do gás natural como uma fonte de energia e, neste sentido, o Programa RN GAS MAIS contribuiu para o crescimento do volume servindo como atrativo a novos empreendimentos industriais.

No tocante às ações de gestão da Companhia, a busca pela melhoria contínua permeou nossas iniciativas, destacando-se neste contexto, o lançamento de Edital para seleção de Projetos de Responsabilidade Social, o início do Projeto de redesenho de processos, tendo sido mapeados e redesenhados alguns dos macroprocessos mais relevantes da Companhia e, por fim, a aprovação do Plano de Negócios 2018-2022. Entre as ações de melhoria no sistema de distribuição, destacam-se os esforços contínuos e investimentos para promover melhorias em nossas instalações que se refletem em segurança operacional e denotam o respeito da Companhia à vida das pessoas, um de nossos valores.

Fiel à Missão de realizar a distribuição de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte de forma sustentável, visando promover o desenvolvimento do Estado, a POTIGAS trabalha ativamente na consolidação do gás natural como alternativa energética e nesta trajetória, conta com a energia que vem de todos que fazem a POTIGAS.

Aos Acionistas, Colaboradores, Clientes e Fornecedores, expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

A Administração.

DESEMPENHO FINANCEIRO E DE MERCADO CONSOLIDADOS

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos grandes indicadores que expressam o desempenho recente da POTIGAS e onde pode-se observar o crescimento consistente do resultado da Companhia, refletido nos indicadores financeiros e de mercado, como resultado da estratégia de investimento nos segmentos residencial e comercial.

Econômico-financeiros	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita operacional líquida (R\$ mil)	120.205	110.694	113.101	116.045	111.153	111.587	151.319
Lucro bruto (R\$ mil)	16.961	15.179	16.489	16.549	16.904	22.402	35.069
Margem bruta (%)	14,11%	13,71%	14,58%	14,26%	15,21%	20,08%	23,18%
EBITDA (LAJIDA)* (R\$ mil)	13.445	10.154	9.840	9.112	9.291	14.311	24.023
Margem EBITDA (%)	11,19%	9,17%	8,70%	7,85%	8,36%	12,82%	15,88%
Lucro líquido (R\$ mil)	7.146	4.299	4.452	2.473	6.120	7.899	15.786
Margem líquida (%)	5,94%	3,88%	3,94%	2,13%	5,51%	7,08%	10,43%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	45.512	44.281	45.483	48.223	53.063	55.577	63.805
Retorno s/ Patrimônio líquido médio	15,70%	9,71%	9,79%	5,13%	11,53%	14,21%	24,74%
IPCA (IBGE)	6,50%	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%	6,29%	2,95%
IGP-DI (FGV)	5,01%	8,11%	5,53%	3,78%	10,67%	7,15%	-0,42%
Mercado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de clientes	3.518	5.883	10.679	13.335	16.007	18.499	21.101
Gás natural vendido (mil m³)	141.196	127.722	127.202	125.740	106.211	101.195	113.350
Extensão da rede (km)	304	324	338	351	367	391	406

*EBITDA = *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

MERCADO DE GÁS NATURAL

1. Volume de Vendas

GÁS NATURAL COMERCIALIZADO NO PERÍODO		
	%	VOLUME m³
Industrial	47,16%	53.451.751
Veicular e GNC	48,34%	54.797.075
Cogeração	0,09%	98.360
Comercial	3,10%	3.512.112
Residencial	1,32%	1.490.829
TOTAL	100%	113.350.127

Durante 2017, a POTIGÁS comercializou 113.350.127m³ de gás natural, que representa 12, % a mais do volume de 2016, que foi 101.194.540m³.

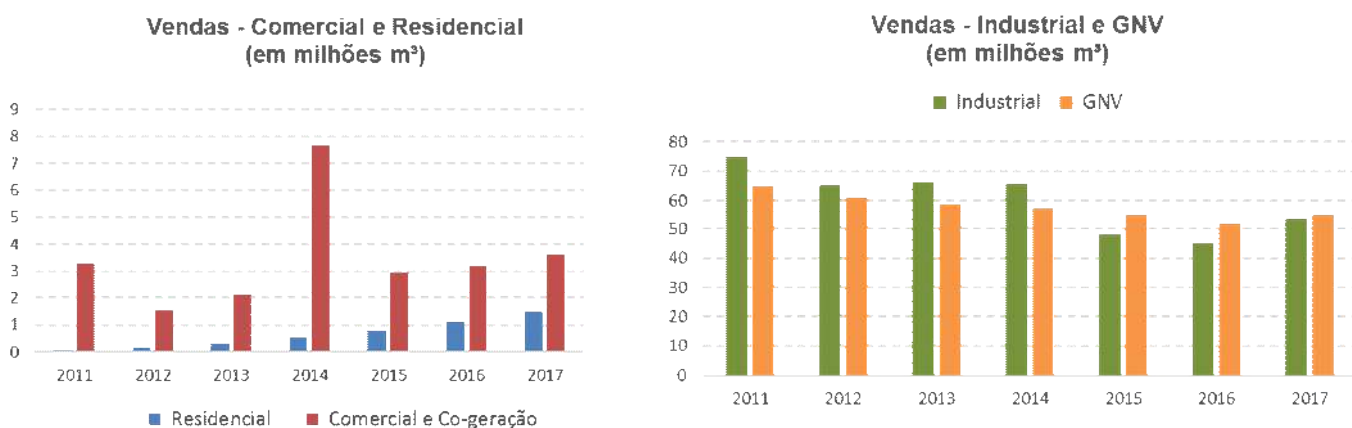
Os segmentos com maior participação de mercado são o industrial e o GNV, que juntos respondem por 95,5% do total comercializado, seguidos pelos segmentos de varejo (residencial, comercial e cogeração), cuja participação é de 4,5%.

No segmento industrial, a média diária do volume de vendas foi de 146.443 m³/dia em 2017 e de 123.180m³/dia em 2016, representando um aumento de 18,9%, causado, principalmente, pela entrada em operação da fábrica da Cerâmica Elizabeth no RN. O principal mercado do segmento ainda é o setor têxtil, com média diária de 106.132 m³/dia, representando 72% do volume industrial e 34,2% das vendas da Companhia.

No segmento veicular a média diária do volume foi de 131.715 m³/dia em 2017 e de 125.909 m³/dia em 2016, representando um aumento nas vendas de 4,6%, causada pelo aumento da competitividade do gás natural em relação aos combustíveis líquidos. Nos mercados atendidos pelo gás natural comprimido (GNC), a média diária do volume de vendas foi de 18.414 m³/dia em 2017 e, se comparado aos 15.658 m³/dia em 2016, representa um aumento nas vendas de 17,6%, devido ao aumento da oferta de gás em clientes não atendidos pela rede de gasodutos.

Nos segmentos comercial e residencial, o volume médio de vendas foi de 13.707 m³/dia em 2017 e 11.457 m³/dia em 2016, representando um aumento nas vendas de 19,6%, ressaltando-se que este aumento é resultado direto da priorização dos investimentos da Companhia na expansão e saturação da rede para atender a um número maior de clientes dos segmentos de varejo, nos últimos anos.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução do mercado atendido pela POTIGÁS, por segmento:



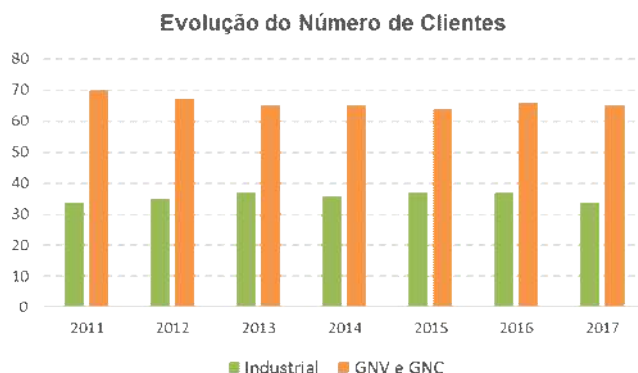
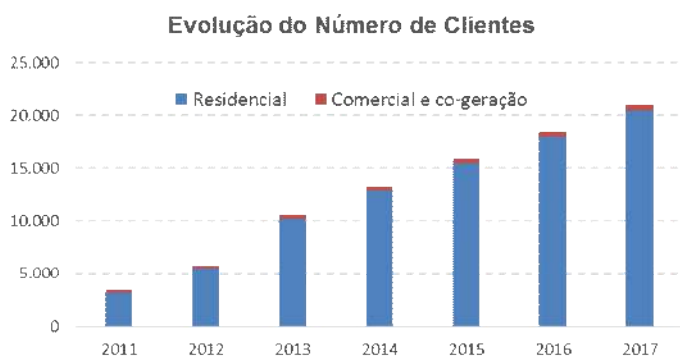
Para 2018, com a continuidade do processo de expansão e saturação da rede de gasodutos de Mossoró e da Grande Natal, visando o atendimento, principalmente, aos segmentos residencial e comercial e interligação da unidade industrial da Nortex, a previsão de vendas é de 322.540 m³/dia, representando um aumento de 3,9% em relação ao ano de 2017.

Número de Clientes

Durante o exercício de 2017, a Potigás incorporou em sua carteira 2.619 clientes, sendo: 03 (três) industriais, 47 (quarenta e sete) unidades comerciais, 01 cliente de GNC e 2.568 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) UDA's (Unidades Domiciliares Autônomas)

residenciais, contribuindo cada vez mais para o fortalecimento das vendas da Companhia. Destacam-se o crescimento dos segmentos de varejo, em especial o segmento Residencial com a ligação de 2.568 (dois mil, quinhentos e sessenta e oito) novas UDA's (Unidades Domiciliares Autônomas) e a entrada em operação da fábrica da Cerâmica Elizabeth.

A Potigás projeta para 2018 um crescimento de 12,3% em seu atual número de clientes, sobretudo no segmento residencial e comercial, onde a empresa planeja ampliar seus investimentos, devendo, ao final de 2018, incrementar 2.605 (dois mil, seiscentos e cinco) novos clientes à carteira da companhia.



INVESTIMENTOS

Durante 2017 a Companhia priorizou a expansão e adequação da rede de distribuição, bem como a confiabilidade e infraestrutura das suas instalações. Foi investido, durante o exercício, o montante de R\$ 6.352,60 mil, integralmente realizados com recursos próprios oriundos da venda do gás natural. Destacam-se os seguintes investimentos:

- Expansão da malha de gasodutos da Grande Natal em mais 12,8 Km com a construção de redes para atendimento aos bairros de Tirol, Capim Macio, Lagoa Nova, Nova Parnamirim e Candelária.
- Expansão da malha de gasodutos na cidade de Mossoró em mais 2,1 Km com a construção de rede para atendimento a clientes comerciais e residenciais.

O Gráfico abaixo ilustra o ritmo de crescimento dos investimentos e da rede de distribuição de gás da POTIGAS nos últimos 07 Exercícios.



Além dos investimentos em rede, destacam-se ainda os projetos de segurança operacional tais como: i) aquisição de cromatógrafos para aferir a composição do gás natural adquirido e fornecido pela POTIGÁS a seus clientes; ii) aquisição de carreta feixe com cilindros de gás natural comprimido (GNC) para atendimento a situações de emergência e de parada programada da rede da companhia, de modo a manter a operação e fornecimento de gás natural de maneira ininterrupta para o consumo dos principais clientes;

Para o ano de 2018, há uma previsão de investimentos da ordem de R\$ 9.392,6 mil com recursos próprios oriundos da comercialização de gás natural, com destaque para os seguintes projetos:

- Expansão da Rede principal na Grande Natal, com lançamento projetado de 9.540 m de rede de PEAD nos seguintes bairros: Tirol, Petrópolis, Candelária, Ribeira, Pitimbu, Nova Parnamirim e Lagoa Nova;
- Expansão da Rede principal em Mossoró, com lançamento projetado de 5.840 m de rede de PEAD nos seguintes bairros: Centro, Nova Betânia e Alto de São Manoel.
- Investimento em melhorias operacionais, como a reforma na Estação de Regulagem de Pressão (ERP) de Igapó, e implantação de melhorias para a ERP Distrital do Polo Industrial de Goianinha.
- Início dos estudos para implantação de tecnologia GIS para um melhor acompanhamento e gerenciamento da rede da Potigás e seus diversos ativos;
- Investimento em segurança e confiabilidade da rede com o remanejamento de redes da Potigás em razão de interferências com obras de mobilidade Urbana promovidas pelo DNIT na BR 101 (Viaduto da Maria Lacerda) e BR 406 (Gancho de Igapó);
- Investimento na mudança para a nova sede da Potigás em Natal, que oferecerá uma estrutura mais compatível com a demanda e o porte atual da empresa e permitirá um melhor atendimento aos seus clientes, fornecedores e demais partes interessadas projetando assim um crescimento futuro;
- Interligação de 80 novos Pontos de Entrega de clientes no Estado do RN.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Lucro Líquido do exercício de 2017 foi de R\$ 15.786 mil, como resultado do desempenho das vendas, especialmente pelo incremento no volume de vendas ocasionado pela entrada em operação do cliente Cerâmica Elizabeth no Polo Industrial de Goianinha.

INDICADORES	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Margem bruta (%)	14,11%	13,71%	14,58%	14,26%	15,21%	20,08%	23,18%
Margem EBITDA (%)	11,19%	9,17%	8,70%	7,85%	8,36%	12,82%	15,88%
Margem líquida (%)	5,94%	3,88%	3,94%	2,13%	5,51%	7,08%	10,43%
Ret s/ Patrimônio líquido médic	15,70%	9,71%	9,79%	5,13%	11,53%	14,21%	24,74%

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Consolidando suas práticas de Responsabilidade Social, em 2017 a POTIGAS lançou o primeiro edital público para seleção de projetos de patrocínio. Foram selecionados 04 projetos de um total de 102 inscritos. Os projetos aprovados via edital totalizaram R\$ 60 mil.

- **Filme Nova Amsterdã**, que retrata a história da invasão holandesa ao Rio Grande do Norte;
- **6º MPB Jazz**, projeto que consistiu em dois dias de festival de música popular brasileira e jazz, com atrações locais e o intercâmbio entre os artistas de Natal e de Nova Orleans;
- **23ª Corrida Soldados do Fogo**, que consiste em uma corrida de rua realizada no dia 08 de julho, em comemoração ao dia nacional do Corpo de Bombeiros e é considerada uma das mais tradicionais do Rio Grande do Norte, contando com policiais, bombeiros, atletas e corredores de rua.
- **Estação Criança**, projeto que promoveu apresentações gratuitas de espetáculos infantis baseados na Obra de Câmara Cascudo. Contou ainda com oficinas de contação de histórias e distribuição da caixa Cascudo de História para os professores. No total, foram realizadas quatro apresentações para um público de oitocentas pessoas e mais duas oficinas para 50 professores, além da distribuição de 100 caixas.

Além dos projetos selecionados no Edital, foram destinados cerca de R\$ 19 mil para apoiar outras duas ações: o Campeonato Estadual de Futebol 2017, realizado entre os meses de janeiro e maio de 2017 e a Associação Amigos do Coração da Criança com o projeto "Doe um eletrocardiograma a uma criança cardiopata".

METAS 2017

O desempenho de 2017 resultou no alcance das metas corporativas estabelecidas para 2017, quais foram:

- Realizar Lucro Líquido previsto no Orçamento;
- Realizar o Número de Ligação de Clientes previsto no Orçamento;

- Realizar volume previsto no Orçamento;
- Realizar Custos Administrativos previstos no Orçamento;
- Realizar Custos Operacionais previstos no Orçamento;
- Aumentar Malha de Rede.

PERSPECTIVAS PARA 2018

Para 2018 a expectativa é um crescimento de mercado nos segmentos de varejo e a continuidade dos investimentos para viabilizar a expansão desses mercados, assim como os investimentos em melhoria, segurança e modernização da rede de distribuição.

Além dos desafios de mercado, inclui-se aqueles voltados à gestão, tais como controle de custos, melhoria de processos, adaptação à Lei 13.303/2016, gestão da margem regulatória e harmonização da Lei do Gás com a regulação estadual.

As metas definidas para o ano, resumidas no quadro abaixo, refletem o tamanho de tais desafios:

META ANUAL	VALOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Realizar volume previsto no Orçamento	117.727 mil m ³	Crescer de forma sustentável, garantindo rentabilidade e valor
Realizar Margem prevista no Orçamento	R\$ 54.699 mil	Crescer de forma sustentável, garantindo rentabilidade e valor
Realizar o Custeio Orçado	R\$ 22.740 mil	Otimizar custos fixos e operacionais
Realizar Investimento Orçado	R\$ 9.393 mil	Garantir segurança e continuidade operacional
Interligar Novos Clientes	2.605 Clientes	Aumentar a participação em segmentos estratégicos Garantir satisfação no atendimento ao cliente
Implantar Extensão de Rede	16 KM	Aumentar a participação em segmentos estratégicos Garantir satisfação no atendimento ao cliente

OUTROS ASSUNTOS:

Os valores em trânsito com as partes relacionadas, Governo do Estado e Petrobras S/A, provenientes das aquisições de gás incentivado, correspondem aos valores retidos pela Potigás, referentes ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural . PROGÁS oferecido às indústrias do Rio Grande do Norte pelo Governo do Estado.

Em 05/05/2014 houve o ingresso por parte da PETROBRAS de Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva contra o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS, perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN - Proc. n. 0804220-85.2014.8.20.0001, tendo por objeto a resolução do contrato de compra e venda de gás (PROGÁS), pela suposta existência de onerosidade excessiva para a PETROBRAS.

A presente ação foi devidamente contestada pela POTIGÁS em 31/07/2014, bem como pelo Governo do Estado do RN, em 01/09/2014, onde foram pleiteados a aplicação da prescrição quinquenal, nos termos da Lei n_9494/97, art. 1. C, o chamamento para integrar a lide em seu polo passivo do IDEMA-RN e GASPETRO, a realização de perícia contábil e o julgamento pela sua total improcedência.

A Assessoria Jurídica da Potigás, através do seu parecer n.º 100/2016, classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS, estando o processo em fase de conhecimento, sem haver julgamento até a data de emissão deste Relatório de Administração.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que não possui outros contratos com seu auditor independente que não o de auditoria das Demonstrações Contábeis presentemente divulgadas.

Natal, 16 de fevereiro de 2017

Carlos Alberto Borges Trindade Santos
Diretor Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa Financeira

Paulo Sérgio de Sá Campos
Diretor Técnico Comercial

Balanço Patrimonial

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	25.628	20.107
Contas a receber	5	9.656	6.422
Partes relacionadas	5a	1.530	1.102
Terceiros		8.126	5.320
Imposto e contribuições a recuperar	6.1	25	1.375
Estoques		899	857
Despesas antecipadas		213	192
Outros créditos		2.147	331
		38.568	29.284
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber		-	-
Partes relacionadas	5c	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS	2l	(80.446)	(80.446)
Depósitos Judiciais		202	225
Imposto e contribuições a recuperar	6.1	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.2	1.750	1.654
		1.952	1.879
Investimento	7	518	518
Imobilizado	8	1.943	1.923
Intangível	8	42.993	43.386
		45.454	45.827
Totais do Ativo		85.974	76.990

Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores		8.578	5.911
Partes relacionadas	10	6.326	4.282
Terceiros	9	2.252	1.629
Salários e contribuições sociais		2.516	2.152
Impostos e contribuições a recolher	6.3	1.922	924
Dividendos a pagar	11.3	2.922	6.664
Outras contas a pagar		2.067	1.881
		18.005	17.532
Não Circulante			
Fornecedores		-	-
Partes relacionadas	10	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS	2l	(80.446)	(80.446)
Provisão para processos judiciais	19	4.150	3.867
Outras contas a pagar		14	14
		4.164	3.881
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	43.689	38.371
Reservas de lucros	11.2	11.351	12.584
Reserva legal		4.449	3.660
Reserva de incentivos fiscais		3.901	5.923
Reserva de Retenção de Lucros		3.001	3.001
Dividendos adicionais propostos	11.3	8.765	4.622
		63.805	55.577
Totais do Passivo		85.974	76.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Potiguar de Gás (Potigás)

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	12	151.319	111.587
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	13	(116.250)	(89.185)
Lucro bruto		35.069	22.402
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	14	(15.218)	(13.691)
Tributárias		(1.948)	(518)
Resultado de outras receitas e despesas operacionais	15	(174)	(328)
Resultado financeiro	16	1.446	2.103
Receitas financeiras		1.749	2.540
Despesas financeiras		(303)	(437)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações estatutárias		19.175	9.968
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.796)	(2.859)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		96	(551)
Incentivos Fiscais		3.311	1.341
Lucro Líquido do exercício		15.786	7.899
Lucro Líquido por lote de mil ações (em R\$)		3,72	1,86

Quantidade de ações: 4.245.000 nos dois exercícios

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Posição acumulada até 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2016	38.371	3.265	4.582	3.001	3.843	0	53.062
Lucro líquido do exercício						7.899	7.899
Resultado de Exercícios Anteriores							-
Aumento de capital							-
Destinações:							-
Reserva legal		395				(395)	-
Reserva de incentivos fiscais			1.341			(1.341)	-
Reserva de doações							-
Reserva de retenção de lucros							-
Juros Sobre Capital Próprio							-
Dividendos adicionais propostos					4.622	(4.622)	-
Distribuição de lucros					(3.843)	(1.541)	(5.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.371	3.660	5.923	3.001	4.622	0	55.577
Lucro líquido do exercício						15.786	15.786
Resultado de Exercícios Anteriores							-
Aumento de capital	5.318		(5.318)				-
Destinações:							-
Reserva legal		789				(789)	-
Reserva de incentivos fiscais			3.311			(3.311)	-
Reserva de retenção de lucros							-
Dividendos adicionais propostos					8.765	(8.765)	-
Distribuição de lucros					(4.622)	(2.921)	(7.543)
Acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores			(14)				(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.689	4.449	3.901	3.001	8.765	0	63.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social		19.175	9.968
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido com o Caixa:			
Depreciação e amortização		6.294	6.448
Provisão para processos judiciais	19	283	468
Provisão para perdas nos recebimentos de créditos		-	196
Participação nos lucros de funcionários e administradores		646	340
Outros ajustes		127	20
Lucro Líquido Ajustado		26.525	17.440
Variações nos Ativos:			
Contas a receber		(2.806)	300
Partes relacionadas		(428)	2.455
Imposto e contribuições a recuperar		1.350	273
Estoques		(42)	83
Despesas antecipadas		(21)	(25)
Outras contas a receber		(1.816)	(37)
Depósitos judiciais		23	3
Variações nos Passivos:			
Fornecedores		623	(234)
Partes relacionadas		2.044	(2.485)
Imposto e contribuições a recolher		998	256
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.485)	(1.518)
Salários e contribuições sociais		(282)	(224)
Outras contas a pagar		186	678
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		22.869	16.965
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao intangível		(19.574)	(25.437)
Baixa do intangível		13.824	14.477
Adições ao imobilizado		(315)	(188)
Baixa do imobilizado		4	13
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(6.061)	(11.135)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(11.287)	(276)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(11.287)	(276)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		5.521	5.554
No fim do período		25.628	20.107
No início do período		20.107	14.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor AdicionadoExercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017		31/12/2016	
1 Receitas	218.494		170.420	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	210.838		158.693	
1.2 Outras receitas	324		814	
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	7.332		11.109	
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão/Constituição)	-		(196)	
2 Insumos adquiridos de terceiros	(147.362)		(117.060)	
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(137.334)		(102.301)	
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.477)		(11.157)	
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	31		(566)	
2.4 Outras (Viagens, Publicidade e Propaganda, Despesas Gerais)	(2.582)		(3.036)	
3 Valor adicionado bruto (1-2)	71.132		53.360	
4 Depreciação, amortização e exaustão	(6.436)		(6.496)	
5 Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	64.696		46.864	
6 Valor adicionado recebido em transferência	1.749		2.540	
6.1 Receitas financeiras	1.749		2.540	
7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	66.445		49.404	
8 Distribuição do valor adicionado	66.445		49.404	
8.1 Pessoal	11.396	17%	10.081	20%
8.1.1 Remuneração direta	9.584	14%	8.494	17%
8.1.2 Benefícios	1.216	2%	1.040	2%
8.1.3 F.G.T.S	596	1%	547	1%
8.2 Impostos, taxas e contribuições	38.410	58%	30.428	62%
8.2.1 Federais	12.362	19%	8.980	18%
8.2.2 Estaduais	26.028	39%	21.430	43%
8.2.3 Municipais	20	0%	18	0%
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	853	1%	996	2%
8.3.1 Juros	-	0%	75	0%
8.3.2 Aluguéis	550	1%	515	1%
8.3.3 Outras (Descontos Concedidos, Multas e Variação Monetária Passiva)	303	0%	406	1%
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	15.786	24%	7.899	16%
8.4.1 Dividendos	2.922	4%	1.541	3%
8.4.2 Lucros retidos	12.864	19%	6.358	13%
Valor adicionado distribuído	66.445	100%	49.404	100%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Social

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Consolidado					
	2017			2016		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)				111.587		
Resultado operacional (RO)	151.319			7.899		
Folha de pagamento bruta (FPB)	13.606			12.096		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
Alimentação	688	5,06%	0,45%	620	5,13%	0,56%
Encargos sociais compulsórios	2.603	19,13%	1,72%	2.373	19,62%	2,13%
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	446	3,28%	0,29%	376	3,11%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	529	3,89%	0,35%	555	4,59%	0,50%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	111	0,82%	0,07%	102	0,84%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	14	0,10%	0,01%	15	0,12%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	646	4,75%	0,43%	340	2,81%	0,30%
Outros	22	0,16%	0,01%	12	0,10%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	5.059	37,18%	3,34%	4.393	36,32%	3,94%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	50	0,32%	0,03%	15	0,19%	0,01%
Saúde e saneamento	3	0,02%	0,00%	20	0,25%	0,02%
Esporte	34	0,22%	0,02%	54	0,68%	0,05%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	55	0,35%	0,04%	5	0,06%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	142	0,90%	0,09%	94	1,19%	0,08%
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.642	54,74%	5,71%	3.976	50,34%	3,56%
Total - Indicadores sociais externos	8.784	55,64%	5,80%	4.070	51,53%	3,65%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	10.240	64,87%	6,77%	10.641	134,71%	9,54%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	10.240	64,87%	6,77%	10.641	134,71%	9,54%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais+para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2017		METAS 2018			
Nº de empregados(as) ao final do período	64		64			
Nº de admissões durante o período	0		0			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	49		49			
Nº de estagiários(as)	11		13			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	9		9			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	19		19			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13%		13%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	26		26			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	40%		40%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0		0			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017		METAS 2018			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7		7			
Número total de acidentes de trabalho	0		0			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas a OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() são sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	64	no Procon	0	na Justiça	0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	100%	no Procon	0%	na Justiça	0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2017: R\$ 66.445			Em 2016: R\$ 49.404		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58% governo 17% colaboradores 24% acionistas 1% terceiros			62% governo 20% colaboradores 16% acionistas 2% terceiros		
7 - Outras Informações	A Potigás desenvolveu no ano de 2017 os Programas de Jovens Aprendizizes e de Estágios, atendendo jovens faixa etária de 18 a 24 anos e estudantes de cursos de graduação. A empresa também apoiou as campanhas nacionais do Outubro Rosa e Novembro Azul. Com o objetivo de reafirmar o compromisso institucional da Companhia Potiguar de Gás com a responsabilidade social, a cultura regional e o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, a Potigás apoia projetos de forma a contribuir efetivamente com o desenvolvimento social, preservação dos valores artísticos e culturais às iniciativas de promoção da educação, saúde e qualidade de vida do povo potiguar. A Potigás também lançou, em 2017, o Edital nº 001/2017 para Seleção Pública de Projetos de Responsabilidade Social, Cultural e Esportiva para apoiar projetos nas áreas de Cultura, Educação, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Social e ainda linhas transversais dentro das premissas da Política de Patrocínios da Potigás.					

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 6.502 de 26 de novembro de 1993, sendo constituída em 18 de julho de 1994, e tendo por objeto social a produção, processamento e execução, com exclusividade, dos serviços públicos de distribuição de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Rio Grande do Norte, conforme contrato de concessão assinado em 21 de dezembro de 1994.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As referidas legislações e normas contábeis estabelecem diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. As alterações introduzidas pelas legislações e normas mencionadas que impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo relacionadas:

a) Demonstração dos fluxos de caixa - DFC

Na elaboração dos Fluxos de Caixa foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R2) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

b) Ajuste a valor presente (AVP)

No que se refere ao Ajuste a Valor Presente foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes. Não foram necessários ajustes a valor presente de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

c) Contrato de concessão

Reconhecido de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), o qual determina que as empresas Concessionárias de Serviços Públicos, registrem os efeitos do contrato de concessão em suas Demonstrações Financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

d) Ativos intangíveis

Registrados com base na NBC TG 04 (R1), o qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes a construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (VRA) - (Impairment)

Com relação ao VRA foi observado a NBC TG 01 (R2), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que pode ser revertida nos períodos seguintes, caso haja indícios de que a perda registrada em períodos anteriores não mais existe ou tenha diminuído.

Através de estudos, foi demonstrado que o valor contábil líquido do grupo Intangível da Companhia apresenta capacidade de recuperação, pois, o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso é maior do que o seu valor contábil registrado.

O estudo que atestou a recuperabilidade dos ativos foi realizado tomando-se como base o ativo responsável pela geração de caixa, representado pelos bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, bens estes considerados pertencentes ao Poder Concedente e registrados no Ativo Intangível.

O estudo consistiu na elaboração de um fluxo de caixa projetado para o período de dez anos, tendo em vista que o contrato de concessão determina que a remuneração dos investimentos, para a construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, se dê por meio da agregação destes valores à tarifa praticada na venda do gás natural, por período equivalente.

Considerando o fato de que o contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás natural da Companhia estabelece uma taxa de retorno mínima de 20% a.a. para os seus investimentos, bem como o disposto no item A5, do Apêndice A, da NBC TG 01 (R2), quanto à taxa de desconto, que, no caso de fluxos de caixa contratuais, deve ser consistente com a forma como os participantes do mercado descrevem o ativo, concluímos pela adequação da aplicação da taxa de 20% ao ano para o cálculo do valor presente líquido dos fluxos de caixa gerados pelos ativos da Companhia no teste de impairment.

O resultado desse estudo demonstrou que não há a necessidade de medidas de atualização contábil dos ativos da Companhia. A estimativa de fluxos de caixas futuros foi obtida a partir de projeções de entradas e de saídas de caixa em uma base consistente e razoável relacionada com o uso contínuo do ativo (unidade geradora de caixa), segundo orienta os itens 37 ao 51 da NBC TG 01 (R2).

f) Subvenções e assistências governamentais

No que concerne as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observado a NBC TG 07 (R1), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a Companhia registrou os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência.

g) Divulgações sobre partes relacionadas

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R2), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

A Companhia mantém operações com partes relacionadas. A administração dessas operações é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia, através de sua administração, afirma não possuir operações com partes relacionadas além das demonstradas nestas notas explicativas e demonstrações financeiras.

Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, não ocorrendo diferenças relevantes entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras originadas dessas operações.

h) Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem, por finalidade, evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período, e sua apresentação está em conformidade com o requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi observada a NBC TG 25 que recomenda que se reconheça uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, mas com provável necessidade de que um recurso econômico seja exigido para liquidá-la.

j) Receitas

A Companhia observou a NBC TG 30 que trata do reconhecimento da receita, quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos, inerentes à propriedade dos bens, foram transferidos para o comprador; de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável; de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A Receita Líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

k) Tributos sobre o lucro

Reconhecidos de acordo com a NBC TG 32(R2).

l) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Em 2013 houve a emissão do Decreto nº 24.069, de 17/12/2013, que estabeleceu o limite máximo do benefício a ser concedido às indústrias no âmbito do PROGAS para o exercício orçamentário-financeiro de 2014 em R\$ 24.910 mil. Este processo levou à interpretação de que o percentual a ser retido na fatura da PETROBRAS seria variável, em correspondência ao volume e valores efetivamente consumidos por cada cliente individualmente, ou seja, os valores repassados no PROGÁS correspondiam a um percentual menor daquele utilizado, ao longo dos anos, como glosa das Notas Fiscais da PETROBRAS (48,77%). Assim, a partir de 01/01/2014 foi iniciada uma nova forma de operacionalização de controle, faturamento, cobrança e contabilização das subvenções governamentais relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural . PROGÁS, apresentando as seguintes mudanças:

- a) O faturamento para os clientes passou a ser registrado pelo valor bruto;
- b) A Companhia passou a calcular o valor do benefício concedido aos clientes efetuando o desconto nas faturas de gás incentivado individualmente através de cartas de crédito;
- c) As retenções nas faturas da PETROBRAS passaram a ser realizadas com base no montante do benefício concedido aos clientes beneficiados pelo PROGÁS;
- d) O registro do faturamento bruto para os clientes beneficiados pelo PROGÁS eliminou a necessidade de contabilização de Receita Complementar contra o o Estado do Rio Grande do Norte, anteriormente calculados com base em um percentual fixo de 48,77% sobre o volume de gás incentivado adquirido da PETROBRAS.

Para o encerramento do exercício social de 2013, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou na reunião da Diretoria Executiva DIREX nº 243/2016 pela retificação dos saldos acumulados registrados na conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO bem como, no Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO, tendo em vista que em conformidade com a interpretação do Art. 13, I e II do Decreto Estadual nº 13.957 de 11/05/1998, a Companhia é mera repassadora do benefício concedido pelo Estado às Indústrias contempladas pelo PROGÁS, ao fornecer gás natural à preço subsidiado, e que as contrapartidas às retenções efetuadas pela Companhia nas faturas de compra de gás fornecido pela PETROBRAS, necessárias à execução do programa, devem ser compensadas diretamente pelo Estado do RN à PETROBRAS, sem transitar pela Companhia, sob a forma de descontos concedidos sobre o valor das licenças ambientais expedidas pelo IDEMA nos termos do Art. 55 §§ 1º a 4º da Lei complementar 272/2004.

Dada a natureza destas operações e face aos prazos de realização, os saldos registrados nas contas supramencionadas encontram-se registrados, respectivamente, nas contas de passivo e ativo não circulante.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicação Financeira

Registrada pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações, apurado pelo critério pró-rata *temporis*;

c) Contas a Receber

São registradas pelo valor nominal com base no regime de competência, ajustado ao valor presente quando aplicável;

d) Provisão para Perda com Créditos

Calculada de acordo com a análise de probabilidade de liquidez realizada pela Comissão de Débitos e Créditos da Companhia (CDC) e posterior decisão da Diretoria Executiva da Companhia.

e) Estoques

Registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável;

f) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Em virtude do ambiente em que está operando, a Companhia possui controles eficientes sobre os bens do ativo imobilizado, que possibilitam identificar as perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

g) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a. e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa conforme contrato de concessão.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações, onde a provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9%.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporais entre o valor contábil do ativo ou passivo e sua base fiscal, prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, quando aplicável, e são calculados no período quando for realizado o Ativo ou liquidado o Passivo.

A Companhia se beneficia do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, decorrente da obtenção do Laudo Constitutivo nº 0079/2012 emitido pela ADENE, atual SUDENE.

i) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

j) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos as provisões de perda e ajuste ao valor de mercado;

k) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis, os encargos incorridos;

l) Ativos e Passivos Contingentes

Para a mensuração e o reconhecimento contábil de obrigações legais e de ativos e passivos decorrentes de contingências são observados os critérios definidos na NBC TG 25 . Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

m) Estimativas contábeis e julgamento

São utilizadas para mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos à eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis de cada bem do ativo imobilizado; provisão para perda com créditos; provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; e as considerações de reconhecimento.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos à estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para desvalorização de estoques, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

n) Receitas e custos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços públicos a partir da Interpretação Técnica ICPC 01(R1), foram reconhecidas conforme o NBC TG 30 - Receitas e NBC TG 17- Receitas de Construção. Por tratar-se de técnica contábil, sem efeito no resultado, sua demonstração ocorrerá através da Nota Explicativa nº 16.

o) Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que ela atua. Portanto, as demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais, de investimentos, ou de financiamentos (amortização de dívidas, pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio) são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos e apesar de terem prazos de liquidez pactuados contratualmente com as instituições financeiras, todas as aplicações possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo.. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

Caixa e Equivalentes de caixa		
Contas	31/12/17	31/12/16
Disponibilidades	2.774	5.786
Aplicações Financeiras	22.854	14.321
TOTAL	25.628	20.107

Aplicações Financeiras		
Contas	31/12/17	31/12/16
Banco do Brasil S/A - BB-APLIC CORP SWAP	2.801	11.214
Banco do Brasil S/A - RENDA FIXA - BB COMERCIAL 17 LP	1.101	1.019
Banco do Brasil S/A - BB RF REF COR 600 MIL	18.952	2.088
TOTAL	22.854	14.321

5. CONTAS A RECEBER . CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.

Referem-se a valores a receber em função da venda de Gás Natural Combustível (GNC) e Gás Natural Veicular (GNV):

GÁS INCENTIVADO - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O valor de R\$ 80.446 a receber do Estado do Rio Grande do Norte, corresponde ao Gás Natural adquirido da PETROBRAS e fornecido aos clientes como incentivo, em função da Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997, do Decreto nº 13.957 de maio de 1998 e alterações posteriores. Este incentivo consiste na concessão de subsídio no preço de venda de gás às empresas enquadradas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural (PROGAS). A fonte de recursos primordial deste incentivo está prevista na Lei Complementar Estadual nº 272, de 3 de março de 2004 e equivale à redução de 81% do valor das licenças ambientais devidas pela PETROBRAS ao IDEMA, em face de suas diversas atividades desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Norte. A concessão de descontos nas licenças ambientais devidas pela PETROBRAS é utilizada, portanto, para compensação das retenções efetuadas pela Companhia nas faturas de fornecimento de gás da PETROBRAS e, conseqüentemente, para concessão de descontos aos clientes da Companhia como forma de incentivo para aquisição de gás natural e como forma de atrair novas indústrias para o Estado.

Os saldos supracitados estão classificados no Longo Prazo face à natureza de suas operações e ao prazo de sua realização, bem como, foram retificados conforme decisão da Diretoria Executiva da Companhia segundo entendimentos descritos na nota explicativa n.º 2, letra **tt**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER.

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	GNC	GNV	TOTAL	GNC	GNV	TOTAL
A vencer	3.223	3.681	6.904	1.317	2.604	3.921
Até 22 dias	3.223	3.681	6.904	1.317	2.604	3.921
Vencidos	7.632	2.745	10.377	7.451	2.674	10.125
Até 30 dias	795	389	1.184	850	304	1.154
Até 60 dias	-	-	-	1	-	1
Até 90 dias	2	-	2	-	-	-
Até 120 dias	-	-	-	55	-	55
Até 150 dias	26	-	26	-	-	-
Até 180 dias	1	-	1	-	-	-
Mais de 180 dias	6.808	2.356	9.164	6.545	2.370	8.915
TOTAL A RECEBER BRUTO	10.855	6.426	17.281	8.768	5.278	14.046
Provisão para perda com créditos	(5.626)	(1.998)	(7.624)	(5.626)	(1.998)	(7.624)
TOTAL A RECEBER LÍQUIDO	5.229	4.428	9.656	3.142	3.280	6.422
(exceto Gás Incentivado)						
Gás Incentivado - Governo do Estado	80.446	-	80.446	80.446	-	80.446
Partes relacionadas						
(-) Conta retificadora PROGÁS	(80.446)	-	(80.446)	(80.446)	-	(80.446)
TOTAL A RECEBER LÍQUIDO	5.229	4.428	9.656	3.142	3.280	6.422

A política dos preços de venda de gás praticados com os clientes PETROBRAS, considerados como partes relacionadas (Estado do Rio Grande do Norte e clientes pertencentes ao Grupo PETROBRAS) são os mesmos praticados com os clientes não considerados como partes relacionadas, uma vez que a Companhia pratica as mesmas tarifas e margens autorizadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte . ARSEP para todos os usuários de um mesmo segmento de uso. Conseqüentemente, os resultados das operações realizadas com clientes como a BR Distribuidora, por exemplo, não diferem daqueles obtidos em transações efetuadas com clientes não pertencentes ao Grupo PETROBRAS.

a) Os valores em trânsito com Partes Relacionadas estão discriminados no quadro a seguir:

Partes Relacionadas - Contas a Receber			
Cliente	TIPO DE PRODUTO	31/12/17	31/12/16
BR Distribuidora - PETROBRAS	GÁS NATURAL VEICULAR	1.530	1.102
Governo do Estado do RN	GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS	GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL	(80.446)	(80.446)
TOTAL		1.530	1.102

b) Composição do PROGÁS

Composição do Período do Gás Incentivado		
Valor a receber do subsídio em	31/12/17	31/12/16
Exercício 2004	4.819	4.819
Exercício 2005	1.392	1.392
Exercício 2006	2.566	2.566
Exercício 2007	1.712	1.712
Exercício 2008	6.930	6.930
Exercício 2009	6.984	6.984
Exercício 2010	13.148	13.148
Exercício 2011	13.824	13.824
Exercício 2012	9.975	9.975
Exercício 2013	9.922	9.922
Exercício 2014	9.174	9.174
TOTAL	80.446	80.446

6 . TRIBUTOS
6.1. IMPOSTOS A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.

TRIBUTOS A RECUPERAR	31/12/17	31/12/16
Circulante	25	1.375
Outros	25	206
Não Circulante	-	-
IRPJ - SUDENE (a)	-	-
Total a recuperar	25	1.375

a) Em setembro de 2013, foi homologado pela Receita Federal o Laudo Constitutivo nº 0079/2012, expedido pela ADENE, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda incidente sobre o Lucro da Exploração sobre toda capacidade instalada.

O período de fruição do referido benefício é de 01/01/2012 a 31/12/2021, porém seu pedido de reconhecimento foi homologado somente em 16/09/2013, através do Despacho Decisório, processo nº 10469-727.834/2012-64, emitido pela Receita Federal do Brasil . Delegacia Regional de Natal . RN.

O saldo de impostos a recuperar registrado em 2016, corresponde ao benefício de 2012 a 2013 , o qual foi totalmente utilizado no primeiro trimestre de 2017 para compensação de tributos federais.

6.2. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos			
	IRPJ Diferido	CSLL Diferida	Total
Saldo em 31/12/2016	1.216	438	1.654
Contingências	71	25	96
Saldo em 31/12/2017	1.287	463	1.750

Em 2017 foram constituídos o Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporais relativas às contingências judiciais provisionadas neste exercício. A administração avaliou todos os pré-requisitos legais para sua provisão, tais como: Perspectiva de rentabilidade futura, apuração de lucro tributável com base em seu planejamento orçamentário plurianual e a apresentação de resultados positivos em seus últimos exercícios.

b) Realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas a partir de 2018. A expectativa é de que as provisões se tornem dedutíveis de curto a médio prazo, ou seja, que resultarão em valores a serem deduzidos no cálculo do resultado tributável de períodos futuros, dentro do período estipulado na realização do estudo técnico de viabilidade que prevê sua realização no prazo máximo de 5 anos, quando o valor contábil do ativo será totalmente recuperado ou liquidado.

IMPOSTO DE RENDA E CSLL DIFERIDOS, LÍQUIDOS		
	Ativos	Passivos
2018 em diante	1.750	-
Parcela registrada contabilmente	1.750	-
Parcela não registrada contabilmente	-	-
Total	1.750	-

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados nos exercícios de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/17	31/12/16
Lucro antes dos impostos	19.175	9.968
Alíquota %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(6.520)	(3.389)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(204)	(107)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	(96)	551
IR/CSLL Diferidos sobre diferenças temporárias	96	(262)
Redução Incentivos Fiscais	3.311	1.403
Outros (adicional 10%)	24	24
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	(289)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(3.389)	(2.069)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	18%	21%
IR/CSLL Corrente	(6.796)	(2.859)
Incentivos Fiscais (Sudene)	3.311	1.341
IR/CS Diferido	96	(551)
Total da despesa no resultado	(3.389)	(2.069)

6.3. IMPOSTOS A RECOLHER

IMPOSTOS A RECOLHER	31/12/17	31/12/16
TOTAL	1.922	924
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	563	447
PIS	100	79
COFINS	463	368
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/LUCRO	960	176
IRPJ	412	30
CSLL	548	146
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES RETIDOS	192	160
OUTROS IMPOSTOS	207	141

7. INVESTIMENTO

O saldo contábil de R\$ 518 mil refere-se a um terreno dado como dação em pagamento pelo cliente Nobrega & Dantas. A administração da Companhia está avaliando as medidas necessárias para operacionalização da alienação do referido bem entre a data do encerramento do exercício de 2017 e a data de emissão destas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

Os valores estão apresentados por:

a) Imobilizado

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2017	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2016
ATIVO IMOBILIZADO	3.489	(1.546)	1.943	1.923
Terrenos	626	-	626	626
Edificações	662	(212)	450	477
Máq. Aparelhos e Equip.	276	(177)	99	99
Hardwares	1.355	(874)	481	411
Móveis e Utensílios	257	(176)	81	100
Softwares	101	(99)	2	7
Obra em andamento	204	-	204	204
Outros	8	(8)	-	-

b) Intangível

DESCRIÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2017	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2016
ATIVO INTANGÍVEL	108.829	(65.836)	42.993	43.386
Software	422	(103)	319	82
Marcas e patentes	1	(1)	-	-
Máquinas - concessão	703	(66)	637	127
Instalações - concessão	99.567	(65.634)	33.933	29.469
Veículos - concessão	166	(32)	134	17
Estoques para obras (2)	1.434	-	1.434	1.722
Obras em andamento (1)	6.591	-	6.591	12.024
(-) Impairment	(55)	-	(55)	(55)

(1) Obras em Andamento referem-se, em sua maioria, à expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural e Interligação de clientes:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	SALDO EM 31/12/2016
OBRAS EM ANDAMENTO	6.591	12.024
RAMAIS EM CONSTRUÇÕES	1.095	1.087
REDE DE DISTRIBUIÇÃO - GRANDE NATAL	4.748	4.270
REDE DE DISTRIBUIÇÃO - MOSSORO	746	454
REDE DE DISTRIBUIÇÃO - GOIANINHA	2	6.213

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

(2) Os Estoques para Obras correspondem a itens que serão utilizados na execução das obras de infraestrutura de expansão da Rede de Distribuição, na interligação de clientes e do sistema de operação e controle:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	SALDO EM 31/12/2016
ESTOQUE PARA OBRAS	1.434	1.722
PECAS E EQUIPAMENTOS P/CONSTRUCAO	1.090	1.522
SOLLITTA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	-	179
ESTOQUE TELVENT	4	4
ESTOQUE CONSTRUTORA RR - C&M.	340	17

Mapa de movimentação do ativo imobilizado.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2017
ATIVO IMOBILIZADO	3.178	315	(4)	3.489
TERRENOS	626	-	-	626
EDIFICACOES	662	-	-	662
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	252	26	(2)	276
HARDWARES	1.068	289	(2)	1.355
MOVEIS E UTENSILIOS	257	-	-	257
SOFTWARES	101	-	-	101
OBRAS EM ANDAMENTO	204	-	-	204
OUTROS	8	-	-	8
(-) DEPRECIAÇÃO	(1.255)	(294)	3	(1.546)
EDIFICACOES	(185)	(26)	-	(211)
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	(154)	(25)	1	(178)
HARDWARES	(657)	(219)	2	(874)
MOVEIS E UTENSILIOS	(157)	(19)	-	(176)
SOFTWARES	(94)	(5)	-	(99)
OUTROS	(8)	-	-	(8)
TOTAL	1.923	21	(1)	1.943

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Mapa de movimentação do ativo intangível.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2017
ATIVO INTANGÍVEL	103.078	19.574	(13.824)	108.829
SOFTWARE	155	267	-	422
MARCAS E PATENTES	1	-	-	1
MAQUINAS - CONCESSAO	169	534	-	703
INSTALACOES - CONCESSAO	89.036	10.531	-	99.567
VEICULOS - CONCESSAO	26	140	-	166
OBRAS EM ANDAMENTO	12.024	6.280	(11.713)	6.591
ESTOQUE P/OBRAS	1.722	1.823	(2.111)	1.434
(-) IMPAIRMENT - INSTALACOES - CONCESSAO	(55)	-	-	(55)
(-) AMORTIZAÇÃO	(59.693)	(6.143)	0	(65.836)
SOFTWARE	(73)	(30)	-	(103)
MARCAS E PATENTES	(1)	(0)	-	(1)
MAQUINAS - CONCESSAO	(42)	(24)	0	(66)
INSTALACOES - CONCESSAO	(59.568)	(6.066)	-	(65.634)
VEICULOS - CONCESSAO	(9)	(23)	-	(32)
TOTAL	43.385	13.431	(13.824)	42.993

9. FORNECEDORES - TERCEIROS

Os valores a pagar estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	SALDO EM 31/12/2016
MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	244	240
SERVIÇOS	2.009	1.389
TOTAL	2.252	1.629

Os serviços são obrigações representadas, em sua maioria, por valores a serem liquidados junto às empresas terceirizadas responsáveis pelos serviços de manutenção e construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás da Companhia.

10. FORNECEDORES - PARTES RELACIONADAS.

As transações comerciais com a PETROBRAS, empresa coligada e único supridor do insumo principal da atividade da empresa (Gás Natural), são realizadas em condições normais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

PARTES RELACIONADAS	SALDO EM 31/12/2017	SALDO EM 31/12/2016
FORNECEDORES		
Petróleo Brasileiro S/A - Gás regular	6.279	4.155
Petróleo Brasileiro S/A - TOP/SOP	47	127
Petróleo Brasileiro S/A - Gás Incentivado (1)	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS (2)	(80.446)	(80.446)
TOTAL	6.326	4.282

(1) Os saldos de Gás Incentivado correspondem aos valores retidos pela POTIGAS das faturas de compra de gás natural emitidas pela PETROBRAS S/A, relativo ao PROGÁS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do POLO GÁS, instituído pela Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997, cujo detalhamento consta na alínea **a)** desta nota explicativa.

(2) No exercício de 2013, o saldo da conta PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO foi retificado conforme decisão da Diretoria Executiva da POTIGÁS segundo entendimentos descritos na nota explicativa n.º 2, alínea **b)**.

a) Operacionalização do PROGÁS:

O PROGÁS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do POLO GÁS-SAL foi instituído pela Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 13.957 de maio de 1998 e alterações posteriores. Este incentivo consistia na concessão de incentivo às indústrias utilizadoras de gás consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado. Os agentes deste programa eram a PETROBRAS, a POTIGAS, o Estado do Rio Grande do Norte, além das indústrias beneficiadas.

Conforme regra do PROGÁS, a concessão do desconto à indústria operacionalizava-se por meio de contrato de compra e venda de gás natural, exclusivo para esta finalidade, celebrado entre a PETROBRAS S/A e a POTIGÁS, com a interveniência do Estado do Rio Grande do Norte. Conforme a regra do Programa, a POTIGAS, ao comprar gás natural da PETROBRAS destinado às indústrias incentivadas pelo PROGÁS, glosava parte do valor da fatura, utilizando o valor glosado na aquisição de gás para a concessão do benefício instituído pelo programa para as indústrias beneficiadas, sob a forma de desconto na tarifa do gás distribuído. Ao Estado cabia ressarcir o montante descontado à PETROBRAS, sob a forma de compensação no valor das licenças ambientais devidas pela PETROBRAS.

Os valores glosados pela POTIGAS das faturas emitidas pela PETROBRAS foram contabilizados no grupo do passivo, na conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO. Os valores contabilizados no grupo do Ativo, Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO, apresentam valores idênticos, a serem compensados através das contrapartidas oferecidas pelo Estado à PETROBRAS, na forma da legislação estadual, para fins de abatimento dos valores referentes ao saldo das glosas registradas no passivo da POTIGÁS.

Desde o início da operacionalização do PROGÁS, os valores retidos dos montantes cobrados pela PETROBRAS vinham sendo calculados com base em um percentual fixo de 48,77% e as faturas emitidas pela POTIGAS aos clientes integrantes do programa, processadas com desconto na tarifa. Este percentual fixo, estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Gás celebrado entre POTIGÁS e PETROBRAS, com interveniência do Estado do Rio Grande do Norte, foi calculado para o equilíbrio entre as fontes de recursos do PROGÁS à época e o benefício a ser concedido às indústrias. Desta forma,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

a diferença glosada das faturas emitidas pela PETROBRAS era contabilizada como receita complementar contra o Estado do Rio Grande do Norte, passando a figurar no Ativo da Companhia como um direito a receber junto ao Estado. Este direito se realizava na medida em que o Estado do RN concedia à PETROBRAS a contrapartida em forma de desconto nas licenças ambientais e esta abatia esses valores do seu %contas a receber+contra a POTIGAS, gerado a partir das glosas efetuadas nas faturas de suprimento de gás incentivado para a POTIGÁS.

O recurso das licenças ambientais obedeciam ao limite anual de R\$ 10.908 mil do Exercício 2007, estabelecido pelo Decreto nº 19.796 de 14/05/2007, o que tornavam as contrapartidas insuficientes para cobrir as glosas realizadas, ampliando-se os saldos, tanto do contas a pagar da PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO, como do contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO.

Com a publicação do Decreto nº 24.069, de 17/12/2013, o limite para o exercício orçamentário-financeiro de 2014 foi ampliado para R\$ 24.910 mil e a partir de 01/01/2014 foi iniciada uma nova forma de operacionalização de controle, faturamento, cobrança e contabilização das subvenções governamentais do PROGÁS.

Neste novo formato, as faturas de venda de gás aos clientes eram emitidas com base em tarifa sem desconto e junto com ela, enviado um comprovante de uso da compensação do PROGÁS com desconto referente ao benefício concedido, não havendo mais a necessidade de contabilização de receita complementar contra o Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que o faturamento era registrado pelo valor bruto. O valor das retenções feitas pela POTIGAS nas faturas de compra de gás à PETROBRAS correspondia ao montante concedido aos clientes e não mais um percentual fixo.

b) Impactos do PROGAS na margem de distribuição da POTIGÁS:

A execução do PROGAS, no período compreendido entre 2004 a 2014, resultou na concessão de descontos aos clientes beneficiados acima dos valores gerados pelas fontes de recursos do PROGAS, afetando a margem necessária à adequada remuneração da Companhia em conformidade com o Contrato de Concessão. Atendendo ao pleito da POTIGÁS, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte . ARSEP, através da Resolução nº 002, de 25/04/2014, publicada no DOE-RN de 26/04/2014, homologou as novas tarifas de fornecimento de gás canalizado distribuído pela POTIGÁS, o que resultou em um aumento de cerca de 58% na margem média com efeito a partir de 01/05/2014, restabelecendo a margem e as condições econômicas, financeiras e de investimento.

c) Aditivo Contratual do PROGÁS:

Em 30/04/2015 foi celebrado o Aditivo contratual nº 2 entre a PETROBRAS, POTIGÁS e o Estado do Rio Grande do Norte, prorrogando o PROGÁS até 31/07/2015 não tendo sido gerado acúmulo de dívida durante o período de vigência deste termo aditivo. Contudo, ao final desse prazo, não houve a renovação do PROGÁS diante das dificuldades em se negociar um novo contrato com a PETROBRAS.

d) Contratação da empresa de Auditoria Independente específica do PROGÁS:

Em 18/05/2015 a POTIGÁS assinou o contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S/S, de auditoria específica do PROGÁS. O Objeto da contratação da auditoria foi o exame das metodologias de operacionalização do PROGÁS adotadas pela POTIGÁS a partir de janeiro de 2004, com o propósito de opinar sobre a metodologia mais aderente aos contratos e regulamentos do PROGAS e realizar o levantamento e conciliação entre os valores concedidos como benefício aos clientes industriais consumidores de gás natural, os valores glosados pela POTIGÁS e a fonte de recursos para o seu custeio, apontando as diferenças financeiras identificadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 15/03/2016 a BDO RCS Auditores Independentes S/S concluiu os trabalhos, apresentando as seguintes conclusões: i) a metodologia mais adequada para operacionalização do PROGAS, em seus aspectos financeiros e econômicos, foi aquela adotada no período de 01 de janeiro de 2014 a 30 de abril de 2015; ii) para a realização dos saldos contábeis, registrados no ativo e passivo relativos ao PROGAS, seria necessária a concessão de licenças ambientais pelo IDEMA no valor equivalente a R\$ 71.272 mil (acumuladas até 31 de dezembro de 2013), ou outro tipo de contrapartida a ser oferecida pelo Estado do Rio Grande do Norte à PETROBRAS; iii) aplicada a metodologia considerada adequada ao período compreendido de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, a diferença entre o que foi concedido como desconto e o valor registrado como receita complementar proveniente das glosas sobre as faturas da PETROBRAS, resultou em um montante de R\$ 38.598 mil.

No que diz respeito aos saldos relativos ao PROGAS, entendeu a Administração da POTIGÁS, conforme nota explicativa nº 02, alínea ~~6~~, que os saldos acumulados registrados no passivo e ativo da Companhia, deveriam ser retificados, em conformidade com a interpretação do Art. 13, I a III do Decreto Estadual nº 13.957 de 11/05/1998, uma vez que a POTIGÁS é mera repassadora do benefício concedido pelo PROGAS e, na hipótese da POTIGÁS vir a ser condenada no processo judicial relatado na alínea ~~6~~, os impactos financeiros comprometeriam sua solvência podendo comprometer sua continuidade.

e) RN GAS MAIS

Em 2016 o PROGAS passou a ser chamado de RN GAS MAIS e foi alterada a metodologia de concessão do incentivo, operacionalizada em Contrato de Compensação Financeira para a Distribuição de Gás Natural firmado em 20/05/2016 entre o Estado e a POTIGÁS.

Na sistemática do RN GAS MAIS, a POTIGAS emite a seus clientes industriais fatura de gás natural sem desconto e calcula o valor do benefício a que o cliente tem direito, conforme enquadramento no programa RN GAS MAIS. Este valor é informado ao Estado, por meio da Secretaria de Planejamento e uma vez que o Estado valide os números e transfira o recurso para uma conta da POTIGAS, específica para este fim, a POTIGAS emite notas de crédito a seus clientes no valor do benefício a qual cada um faz jus, para que os clientes a utilizem em pagamento parcial das notas fiscais emitidas pela POTIGÁS, em complementação aos valores depositados

f) Processo Judicial PETROBRAS e Parecer da Assessoria Jurídica da POTIGÁS

A PETROBRAS ingressou, em 05/05/2014, Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGAS, por meio do Processo Judicial n.º 0804220-85.2014.8.20.0001 da 3.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN. Nesta ação, a PETROBRAS cobra dívida no valor de R\$ 138.526.905,31, relativa aos saldos não repassados pelo ESTADO no âmbito do PROGAS.

A Assessoria Jurídica da POTIGÁS, através do parecer n.º 100/2016, emitido em 25/04/2016, classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS, estando o processo em fase de conhecimento, sem julgamento até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

No tocante às conclusões da auditoria conduzida pela BDO, entende a Administração da POTIGÁS que o valor de R\$ 38.598 mil, mencionado na alínea ~~6~~ acima, está incluído no objeto da disputa judicial em comento, permanecendo, desta forma, opinião quanto ao não registro contábil dos ajustes decorrentes do reconhecimento de suposta dívida gerada por diferença de metodologia apontada no relatório da BDO.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

CONTRATOS DE COMPRA DE GÁS NATURAL.

Em 01 de Dezembro de 2016, a Companhia firmou um contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, com vigência curta e até 31/03/2017, CONTRATO FIRME INFLEXÍVEL com uma Quantidade Diária Contratada (QDC) de 320.000 m³/dia, até que fossem concluídas as negociações com a PETROBRAS para a celebração de um contrato de longo prazo.

Em 01 de Abril de 2017, após finalizado o período de transição e negociação, foi celebrado um novo contrato, CONTRATO FIRME INFLEXÍVEL, com vigência até 31/12/2019.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
11.1. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 38.371 mil, sendo composto por 4.245.000 ações sem valor nominal, das quais: 1.415.000 são ações ordinárias e 2.830.000 são ações preferenciais, todas de classe única. O Capital Autorizado é de 12.600.000 ações, mantendo sempre a proporção de 1/3 do Capital representado pelas Ações Ordinárias e 2/3 pelas Ações Preferenciais.

As Ações Preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento dos Dividendos e no reembolso do Capital em caso de liquidação da Companhia, compondo-se conforme quadro abaixo:

CAPITAL SOCIAL	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%	Capital Social (em milhares de reais)
ACIONISTAS							
Estado do Rio Grande do Norte	721.650	51%	-	0%	721.650	17%	7.427
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	693.350	49%	2.830.000	100%	3.523.350	83%	36.262
TOTAL	1.415.000	100%	2.830.000	100%	4.245.000	100%	43.689

11.2. Reservas de Lucros

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de lucros	11.351	12.584
Reserva legal (1)	4.449	3.660
Reserva de incentivos fiscais (2)	3.901	5.923
Reserva de Retenção de Lucros (3)	3.001	3.001

(1) Reserva Legal: É constituída à base de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício, limitada a 20% do Capital Social.

(2) Reserva de Incentivos Fiscais:

a) Subvenção de IR – SUDENE: Refere-se a redução de 75% do Imposto de Renda calculado sobre o Lucro da Exploração referente a toda capacidade instalada. O período de fruição do benefício é de 01/01/2012 à 31/12/2021.

b) Reserva de Doações: Refere-se à doação realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte de terreno localizado no Centro Industrial Avançado do município de Macaíba – CIA Macaíba, para criação de base de Operação e Manutenção dos equipamentos referentes ao sistema de distribuição de Gás pertencente à POTIGÁS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

(3) Reserva de Retenção de Lucros: A Lei 6.404/76 faculta às sociedades reterem parcela do Lucro Líquido do Exercício, prevista em Orçamento de Capital, previamente aprovado.

11.3. Distribuição dos Lucros:

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.786	7.899
(-) Reserva Legal 5%	(789)	(395)
LUCRO APÓS RESERVA LEGAL	14.997	7.504
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(3.311)	(1.341)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios 25 % (c.1)	(2.922)	(1.541)
GOVERNO DO ESTADO 17%	(497)	262
GASPETRO S/A 83%	(2.425)	1.279
LUCRO APÓS RES. LEGAL E DIV. OBRIG.	(8.765)	4.622
(-) DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	(8.765)	(4.622)

(1) O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um Dividendo Mínimo de 25% do Lucro Líquido Ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

12. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA BRUTA	210.998	158.756
Gás Natural Combustível	118.391	82.228
GNC RESIDENCIAL	3.914	2.519
GNC INDUSTRIAL	96.913	67.635
GNC CO-GERAÇÃO	176	169
GNC COMERCIAL	6.454	4.286
GNC COMPRIMIDO	10.934	7.619
Gás Natural Veicular	92.607	76.528
DEDUÇÕES DA RECEITA	(59.679)	(47.169)
(-) Gás Natural Combustível	(28.233)	(19.328)
(-) DEVOLUÇÕES (1)	(160)	(1)
(-) ICMS	(17.122)	(11.722)
(-) PIS	(1.953)	(1.357)
(-) COFINS	(8.998)	(6.249)
(-) Gás Natural Veicular	(31.446)	(27.841)
(-) DEVOLUÇÕES (1)	-	(63)
(-) ICMS	(22.879)	(20.705)
(-) PIS	(1.528)	(1.262)
(-) COFINS	(7.038)	(5.811)
RECEITA LÍQUIDA	151.319	111.587

(1) as devoluções são provenientes de erros fortuitos de medição onde o cliente foi faturado a maior. Nesses casos são emitidas notas fiscais de devolução para regularização contábil e fiscal da operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO.

Os custos estão discriminados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Custo do Produto Vendido	116.250	89.185
Gás Natural Combustível	65.331	47.795
Compra de Combustível	58.749	41.552
Outros Custos (1)	6.582	6.243
Gás Natural Veicular	50.919	41.390
Compra de GNV	45.728	35.569
Outros Custos(1)	5.191	5.821

(a) quando ocorridas, as perdas originadas do fornecimento de gás aos clientes da Companhia são computadas como custo da atividade obedecendo aos limites estipulados na Portaria ANP INMETRO 001/2000, especificando na cláusula 7.1.10: “Que os sistemas de medição fiscal de Gás devem ser projetados, calibrados e operados de forma que a incerteza seja inferior a 1,5%”.

(1) outros custos são compostos pela amortização da infraestrutura dos gasodutos, bem como a mão de obra interna e os gastos com serviços e materiais destinados a operação e manutenção dos gasodutos, que visam garantir o fornecimento contínuo do gás natural.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Gerais e Administrativas	15.218	13.691
Despesas com Pessoal	10.536	9.305
Diretoria	1045	976
Conselheiros	324	315
Colaboradores	12.049	10.634
Estagiários	156	141
Aprendizes	31	30
Transferência para Custos de O&M (1)	(1.476)	(1.329)
Transferência para Custos Obras em Andamento - GTEC (1)	(1.593)	(1.462)
Despesas com Materiais	117	101
Serviços de Terceiros	1.609	1.399
Serviços de Assessoria	356	191
Serviços de Manutenção	120	110
Serviços de utilidades	222	195
Serviços Gerais	912	903

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Aluguéis	524	491
Viagens	418	294
Propaganda e Publicidade	648	785
Despesas Gerais	1.365	1.316
Entidades de Classe	366	324
Seguros	223	213
Depreciação, Amortização e Exaustão	367	291
Outros	409	488

(1) Os gastos com pessoal da Gerência Técnica (GTEC) e Gerência de Operação e Manutenção (GO&M) são transferidos mensalmente para o custo das obras em andamento e para o custo do produto vendido respectivamente.

15. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(174)	(328)
Outras Receitas Operacionais	7.741	13.298
Recuperação de Créditos c/ Clientes	-	1.360
Penalidade Contratual - Take or Pay	117	341
Penalidade Contratual - Erro de Programação	164	78
Receitas dos Serviços de Construção (1)	7.333	11.109
Outros	127	410
(-) Outras Despesas Operacionais	(7.915)	(13.626)
(-) Perdas nos Recebimentos de Créditos	-	(1.556)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Erro de Programação	(132)	(74)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Retirada a maior QDC	(76)	(9)
(-) Custos dos Serviços de Construção (1)	(7.333)	(11.109)
(-) Perdas de Estoque e Equipamentos	(8)	(9)
(-) Contingências (2)	(309)	(791)
(-) Outros	(57)	(78)

(1) A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a Companhia integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, da NBC TG 17 - Contratos de Construção e da NBC TG 30 - Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, e os benefícios econômicos se evidenciam pelo direito que é concedido à concessionária (POTIGÁS) de usufruir da infraestrutura construída para exploração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

de sua atividade, por meio de autorização expressa no contrato de concessão, de cobrar os usuários desse serviço público, conforme item 17 do ICPC - 01 (R1).

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Receita Operacional Líquida	0,00	0,00
Receitas dos Serviços de Construção	7.333	11.109
(-) Custos dos Serviços de Construção	(7.333)	(11.109)

(2) As provisões para processos judiciais estão discriminadas na nota explicativa nº 20.

16. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia é demonstrado no quadro abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2017	31/12/2016
Resultado Financeiro	1.446	2.103
Receita Financeira	1.749	2.540
Receitas com Aplicações Financeiras	1.035	1.464
Receitas com Clientes	643	516
Receitas com Fornecedores	50	383
Outros	21	177
(-) Despesas Financeiras	(303)	(437)
(-) Despesas com Clientes	(58)	(159)
(-) Despesas com Fornecedores	(86)	(248)
(-) Outros	(159)	(30)

17. COBERTURA DE SEGUROS.

Em 31/12/2016, a Companhia possuía cobertura e seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do Ativo, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

APÓLICES DE SEGURO			
Seguro	Bens assegurados	Valor	Vigência
Galpão de Estocagem Cia Macaíba (1)	Galpão de estocagem de materiais	2	28/01/2019
Empresarial (2)	Edifícios e Base Operacional	2	16/06/2018
Riscos Nomeados/Incêndios (3)	Sistema de Distribuição de Gás	106	26/05/2018
Responsabilidade Civil (4)	Sistema de Distribuição de Gás	115	26/05/2018

- (1) Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, quebra de vidros no galpão de estocagem de materiais da POTIGÁS;
- (2) Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão, implosão, danos elétricos, impacto de veículos, queda de aeronaves, quebra de vidros e recomposição de documentos dos Edifícios Antares, Aquarius e da Base Operacional em Mossoró;
- (3) Seguro contra avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a instalações prediais, maquinismos, móveis e utensílios e todo sistema de distribuição de gás;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

(4) Seguro de responsabilidade civil sobre prejuízos indenizáveis

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS.

As provisões constituídas para riscos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 3.867 classificadas no passivo não circulante estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	845	3.022	3.867
Constituição	38	2	40
Baixas	(0)	(26)	(26)
Atualização	55	214	269
Saldos em 31 de dezembro de 2017	938	3.212	4.150

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

a) trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

TRABALHISTAS	VALOR ATUALIZADO	INSTÂNCIA	EXPECTATIVA DE PERDA
Empregados da Companhia	388		POSSÍVEL
Ex-empregados da Companhia	29		PROVÁVEL
Ex-empregados da Companhia	50		POSSÍVEL
Ex-empregados de Empreiteiras	926		PROVÁVEL
Ex-empregados de Empreiteiras	820		POSSÍVEL
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.213		

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) cível:

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas jurídicas, envolvendo Lucros cessantes, repetição de Indébito e danos materiais e/ou danos morais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de Reais)

CÍVEIS	VALOR ATUALIZADO	INSTÂNCIA	EXPECTATIVA DE PERDA
Lucros cessantes	2.916		PROVÁVEL
Procedimento ordinário	7		PROVÁVEL
Obrigação de fazer	287		PROVÁVEL
Ação Ordinária	2		PROVÁVEL
Repetição de Indébito	105		POSSÍVEL
Ação Ordinária de Cobrança	138.527		POSSÍVEL
Revisão de contrato	1.618		POSSÍVEL
Procedimento ordinário	72		POSSÍVEL
Execução Fiscal	109		POSSÍVEL
Ação Declaratória de Inexigibilidade	36		POSSÍVEL
Outras	3.026		REMOTA
Saldos em 31 de dezembro de 2017	146.705		

c) Ingresso de ação de cobrança judicial pela PETROBRAS:

Em 05/05/2014 houve o ingresso por parte da PETROBRAS de Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva contra o Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS, perante a 3ª. Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN - Proc. n. 0804220-85.2014.8.20.0001, tendo por objeto a resolução do contrato de compra e venda de gás (PROGÁS), pela suposta existência de onerosidade excessiva para a PETROBRAS, bem como a condenação dos réus ao ressarcimento de R\$ 138.527 mil. Este montante corresponde ao valor da dívida atualizada, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2014, cujo valor histórico corresponde ao montante de R\$ 72.466 mil consoante os Anexos 6, 7 e 8 da referida Ação Judicial. Os valores totais da dívida contabilizada até 31/12/2013, somam R\$ 71.272 mil, conforme as notas explicativas nº 5 e nº10, referentes às Partes Relacionadas, Estado do Rio Grande do Norte e PETROBRAS, constantes dessas Demonstrações.

A presente ação foi devidamente contestada pela POTIGÁS em 31/07/2014, bem como pelo Governo do Estado do RN, em 01/09/2014, onde foram pleiteados a aplicação da prescrição quinquenal, nos termos da Lei n_9494/97, art. 1. C, o chamamento para integrar a lide em seu polo passivo do IDEMA-RN e GASPETRO, a realização de perícia contábil e o julgamento pela sua total improcedência.

A Assessoria Jurídica da POTIGÁS classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia, até 15 de fevereiro de 2017, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

21. OUTROS ASSUNTOS

CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 (IFRS 15) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (R1) (IAS 11) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental do CPC 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- “ Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- “ Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- “ Passo 3: Determinar o preço da transação;
- “ Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- “ Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a Potigás reconhece receitas oriundas principalmente da venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção, a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Os administradores da Companhia também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da Companhia, a administração da entidade não espera que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia.



Companhia Potiguar de Gás - Potigás

CNPJ Nº 70.157.896/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

Carlos Alberto Borges Trindade Santos
Diretor Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretor Administrativo Financeiro

Paulo Sérgio de Sá Campos
Diretor Técnico Comercial

Jairo César Dourado Pinto
Contador CRC/RN-006872/O-7